

A JUVENTUDE CAMPONESA EM CENA E SUA RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Verônica Moreno Machadoⁱ

Resumo: O artigo integra a Dissertação de Mestrado da autora, intitulada “Percepções da Juventude Camponesa sobre a Educação do Campo na escola estadual do Assentamento Sadia/Vale Verde”, defendida no ano de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Tem como objetivo, contextualizar o jovem como sujeito social e a sua relação com a instituição escolar, especialmente, identificarmos as particularidades da juventude camponesa e seu protagonismo no território camponês. O texto está subdividido em dois tópicos: no primeiro apresentamos os jovens como sujeitos sociais e a diversidade da juventude e no segundo tópico abordamos sobre a juventude rural ou juventude camponesa. Desta maneira, podemos compreender o contexto da juventude camponesa na sua diversidade e complexidade, assim como sua participação na escola e nos movimentos sociais populares.

Palavras-chave: Sujeitos sociais. Juventude Camponesa. Instituição Escolar.

INTRODUÇÃO

O artigo integra a Dissertação de Mestrado da autora, intitulada “Percepções da Juventude Camponesa sobre a Educação do Campo na escola estadual do Assentamento Sadia/Vale Verde”, defendida no ano de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Sadia/Vale Verde, zona rural do município de Cáceres-MT.

O trabalho visa contextualizar o jovem como sujeito social e a sua relação com a instituição escolar. Especialmente, identificarmos as particularidades da juventude camponesa e seu protagonismo no território camponês.

O texto está subdividido em dois tópicos. No primeiro apresentamos os jovens como sujeitos sociais e a diversidade da juventude. Assim como sua relação com a escola, na qual evidenciamos a participação dos jovens no contexto escolar e sua relação com os demais sujeitos envolvidos na escola. No segundo tópico abordamos sobre a juventude rural ou juventude camponesa, ambas as denominações que caracterizam esta categoria social

no território camponês. Destacamos o processo de construção de sua identidade, por um lado na migração entre campo e cidade, por outro no protagonismo em movimentos sociais do campo.

OS JOVENS E SUA RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A Política Nacional da Juventude estabelece o recorte etário de 15 a 29 anos para os jovens brasileiros. Camarano, Mello e Kanso (2009, p.78), observaram em suas pesquisas alguns aspectos que caracterizam os jovens brasileiros entre o período de 1982 a 2007:

Neste mesmo período, confirmam-se cinco tendências já observadas em estudos anteriores: aumento da escolarização para ambos os sexos; redução da proporção de jovens do sexo masculino que apenas participavam do mercado de trabalho; aumento da proporção de jovens que combinavam as duas atividades – trabalho e escola; aumento na proporção de jovens do sexo masculino que não estudavam nem participavam das atividades econômicas, ou seja, não trabalhavam e não procuravam trabalho; e uma expressiva redução entre as mulheres nesta categoria em prol de uma maior participação nas atividades econômicas. Os dados sugerem, também, inserções diferenciadas entre homens e mulheres jovens.

Com isso, Camarano, Mello e Kanso (2009) percebem que é essencial se preocupar com algumas questões da juventude brasileira, mas em especial, o maior acesso ao mercado de trabalho. O que para isso, torna-se necessária mais qualificação e experiência, e conseqüentemente, a diminuição da taxa de desemprego.

Segundo Dayrell (2003), conceituar a juventude não é fácil, pois ela é constituída de critérios históricos e culturais, além disso, deve ser observada na perspectiva da diversidade. Em consonância, Dayrell e Carrano (2002, p.04) complementam

Dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonogados em ampla escala no Brasil.

De acordo com Dayrell e Carrano (2002), os jovens apresentam maior capacidade migratória, e ainda persistem indicadores ruins de acessibilidade ao direito à educação pública e de qualidade. Por outro lado, os movimentos

juvenis se destacam na criação de novos espaços e temas alternativos de construção da cidadania.

Os Dayrell e Carrano (2002, p. 28) destacam que se torna necessário ampliar a compreensão sobre os jovens.

Não podemos esquecer o aparentemente óbvio: eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, reagem e pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dele, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Torna-se necessário escutá-los, ver nas práticas culturais e nas formas de sociabilidade que desenvolvem traços de uma luta pela sua humanização, diante de uma realidade que insiste em desumanizá-los.

Dayrell (2003, p. 40-44) compreende os jovens enquanto “sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem”. O autor afirma que a juventude vai se construindo e sendo construída como sujeito, pois é “um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém”.

Neste sentido, Dayrell (2003) trabalha com a ideia de condição juvenil, na sua diversidade, características, práticas sociais e universo simbólico próprio, que diferenciam os jovens das gerações anteriores. A condição juvenil tem duas dimensões:

Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (DAYRELL, 2007, p.1108).

Ressalta Dayrell (2003) que a condição juvenil é construída em um contexto de transformações sócio-culturais ocorridas no mundo ocidental, e fruto da resignificação do tempo e espaço e da reflexividade. Assim como das mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

De acordo com Dayrell (2007, p.1109) o lugar social dos jovens determina, em partes, os limites e as possibilidades de uma determinada condição juvenil. Para os jovens de classes populares o grande desafio é a garantia da própria sobrevivência, entre a tensão da busca pela gratificação imediata e um possível projeto para o futuro. O autor destaca que, para os

jovens de classes populares, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham. Assim,

As relações entre o trabalho e o estudo são variadas e complexas e não se esgotam na oposição entre os termos. Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil (DAYRELL, 2007, p.1109).

Segundo Dayrell (2007) a dimensão simbólica e expressiva é uma forma de comunicação dos jovens e de um posicionamento diante de si mesmo e da sociedade. No mundo da cultura, os jovens buscam demarcar sua identidade juvenil como um espaço de práticas, representações, símbolos e rituais.

Isto significa que os grupos culturais, apesar de não serem homogêneos e se orientarem pelas coletividades juvenis, são significativos na vida dos jovens, pois é neles que os jovens criam seu espaço próprio e ampliam circuitos e redes de troca. Além disso, contribui pra a construção da autoestima e possibilita identidades positivas.

A sociabilidade também é uma dimensão da condição juvenil, ela ocorre geralmente nos espaços de lazer e diversão, mas também em espaços institucionais como a escola e o trabalho. Dayrell (2007) ressalta que a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude.

Para Dayrell (2007, p. 1111) a sociabilidade expressa uma dinâmica de relações e ocorre em um fluxo cotidiano. Sendo assim, “para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade”. Vale ressaltar que essa dimensão em alguns casos pode expressar conflitos e violência existentes no universo juvenil como reflexo de uma sociedade violenta.

De acordo com o Dayrell (2007), as diferentes dimensões da condição juvenil são influenciadas pelo espaço e pelo tempo. Os espaços onde são construídas passam a ter sentidos próprios, ou seja, os jovens transformam espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados. Há também as territorialidades transitórias, que se reinventam temporariamente, e demarca os lugares de exclusão. Por sua vez, aliada ao

espaço, a condição juvenil expressa uma forma própria de viver o tempo, isto é, há formas diferenciadas de vivenciá-lo de acordo com o espaço.

Dayrell (2007, p. 1113) afirma que as diferentes expressões da condição juvenil é marcada pela lógica da reversibilidade, “no constante vaivém presente em todas as dimensões da vida desses jovens”. Para os jovens a vida constitui-se no movimento, na transitoriedade e na incerteza, as quais são particulares de cada um.

Os jovens são atores plurais, pois se produzem através das experiências de socialização em contextos sociais múltiplos. Assim,

[...] os diferentes modos de ser jovem expressam mutações significativas nas formas como a sociedade “produz” os indivíduos. Tais mutações interferem diretamente nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização das novas gerações, como a família, ou a escola, apontando para a existência de novos processos sociais (DAYRELL, 2007, p.1114).

Em seus estudos, Dayrell (2003, p. 50) destaca que os próprios jovens consideram a juventude como “um momento duro, de dificuldades concretas de sobrevivência, de tensões com as instituições, como no caso do trabalho e da escola”. Isto porque, o trabalho pouco contribui no processo de humanização dos jovens, onde não podem ampliar suas possibilidades e construir uma imagem positiva de si mesmos, “é um dos espaços do mundo adulto que se mostra impermeável às necessidades dos jovens em construir-se como sujeitos”. E, a escola se coloca distante dos interesses e necessidades dos jovens, “não conseguindo entender nem responder às demandas que lhes são colocadas, pouco contribuindo também em sua construção como sujeitos”.

Segundo o Dayrell (2003), os estudos sobre a relação entre juventude e escola tendem a cair na visão sobre o fracasso da instituição escolar, onde professores, alunos e suas famílias se culpam mutuamente. Isto significa que a relação entre juventude e escola é marcada por tensões e desafios, ou seja,

[...] expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços (DAYRELL, 2007, p.1106-7).

Por isso o autor questiona:

[...] em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambigüidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil (DAYRELL, 2007, p.1106).

Dayrell (2007, p.1117) afirma que a escola é permeável ao contexto social e suas influencias, e, os jovens trazem consigo para o interior escolar os conflitos e contradições que vivenciam, colocando novos desafios à instituição. Contudo,

[...] grande parte das escolas não respondem aos desafios que estão postos para a educação dessa parcela da juventude, [...] não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade.

Enquanto os jovens constituem uma determinada condição juvenil ao levarem à escola suas experiências individuais, a escola apresenta especificidades próprias. Com isso, a realidade escolar aparece mediada e heterogênea, fruto de uma ação recíproca entre sujeito e instituição, em um processo de permanente construção social.

Assim, o jovem se torna aluno em um processo no qual interferem a condição juvenil, as relações intergeracionais e as representações daí advindas, bem como uma determinada cultura escolar. Acredito ser aqui, na forma como os jovens vêm se constituindo como alunos, que reside um dos grandes desafios na relação da juventude com a escola, colocando em questão velhos modelos, com novas tensões e conflitos (DAYRELL, 2007, p. 1119).

Dayrell (2007, p.1124) destaca que há algumas ações de implantação de novas propostas político-pedagógicas nas escolas brasileiras, que assumem dimensões e alcances variados. Contudo, ressalta que os jovens das classes populares:

[...] buscam mais do que a escolarização. Eles, ao contrário da escola, já experimentam na pele o descentramento das instituições e demandam mais. Demandam redes sociais de apoio mais amplas, como equipamentos de lazer e cultura nos seus bairros, além de políticas públicas que os contemplem em todas as dimensões, desde a sobrevivência até o acesso aos bens culturais.

De acordo com Martins e Dayrell (2010, p. 03) um ponto importante na participação dos jovens na escola é relação entre eles e a direção. Os autores afirmam que esta relação é marcada pelo processo de democratização da

escola, ou seja, “no processo de inserção e reconhecimento do estudante como ator singular no processo educacional”.

Martins e Dayrell (2010, p.07) observam em suas pesquisas que, a relação entre os jovens e a direção é marcada por disputas e tensões em dois níveis, o primeiro por posicionamentos e interesses distintos entre alunos e direção, e o segundo, pelo conflito intergeracional. Destacam ainda, que por vezes os jovens são preteridos pela pouca idade e experiência de vida, ou seja, o forte caráter simbólico contido na idade resulta na visão do jovem como despreparado para certas atividades. E, por outro lado,

A participação, ao que parece, ainda não é vista pelos jovens como processo gradual em que há avanços e retrocessos, em que se alcança degrau por degrau. É tudo ou nada! Tudo isso parece estar ligado a uma característica de condição juvenil vivida por eles. Há uma radicalidade inerente a vivência do presente de maneira urgente. Essa visão tende a macular os avanços e conquistas e privilegiar o reconhecimento das “derrotas”.

Segundo Martins e Dayrell (2010, p.11), a relação entre os jovens e os professores também tem um caráter singular na participação daqueles na escola. Isto porque, “cria-se a impressão que existem dois campos opostos, aqueles que apoiam a direção, que são mais afastados dos jovens, e aqueles que fazem oposição, que não são próximos dos jovens”.

Todavia, Martins e Dayrell (2010) afirmam que, os procedimentos e práticas dos professores influenciam nos rumos tomados no processo de participação do estudante. E, que os alunos geralmente valorizam o interesse dos professores por eles e consideram sua relação de cordialidade, chegando algumas vezes a relações de amizade.

Com isso, os Martins e Dayrell (2010, p. 12) ressaltam,

Portanto, fica evidente que, em relação à participação dos jovens e sua exacerbada responsabilização para com esse processo, há que se considerar a existência de outros autores com potencial responsabilidade e que podem contribuir, em maior ou menor grau, no aprimoramento do papel do estudante como efetivo participante no processo educacional.

Martins e Dayrell (2010, p.02) destacam ainda, que os conflitos no cotidiano escolar, ao contrário do que se observa, constituem-se em um importante aspecto formativo para os jovens. Afinal, a participação dos jovens

na escola é “um processo de aprendizado e formação que vai além da educação formal”.

A JUVENTUDE CAMPONESA

Historicamente, ressaltam Souza, Andreatta e Rambo (2008), a escola homogênea, dilui e fragmenta as diversas identidades construídas. Além disso, ignora a cultura, os modos de trabalho, as diferentes maneiras de ver e de se relacionar, e, a organização do território camponês, e limita este a uma parte atrasada e fora do contexto atual.

A organização do trabalho pedagógico da escola do campo desconsidera a realidade dos educandos e educandas e não constrói diálogos sobre possíveis alternativas para se construir uma vida digna no campo, sob outra perspectiva, esta escola valoriza a vida urbana. Logo, esta escola não contribui com os jovens na busca de possibilidades de melhoria na vida do campo, tendo como finalidade única o mercado de trabalho assalariado no campo.

Segundo Lima, Zucchetti e Dartora (2006), a juventude esteve pensada historicamente como se fosse urbana e com determinados comportamentos e valores em detrimento de outros. Então, o desafio é a compreensão da juventude camponesa na sua heterogeneidade e multiplicidade.

Lora (2010, p. 18) compreende juventude sob quatro perspectivas, a biocronológica, a psicológica, a sociológica e a cultural-simbólica: a perspectiva biocronológica a juventude é vista sob critérios da idade e definida como pessoa em crescimento; a psicológica identifica a juventude a partir do período conflituoso da vida da pessoa; a sociológica observa a juventude como um grupo social, com uma posição determinada na sociedade, caracterizada por um modo peculiar de ver e entender a vida e o mundo; a cultural-simbólica integra as demais perspectivas e lhes confere um novo sentido, onde “o universo cultural dos jovens apresenta uma diversidade de formas de viver e encontrar sentido para a vida”.

Pinto, Daros e Melo (2008) consideram a juventude como um grupo social, no qual os jovens se reconhecem e fazem a opção de viver sua

juventude, caracterizados por identidades coletivas, idades, expectativas, condições sociais, objetivos e valores em comum.

Com isso, a juventude caracteriza-se como identidade social

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se auto definir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder (CASTRO, 2012, p. 439).

Por sua vez, Stropasolas (2007) esclarece que, os jovens do campo não necessariamente são aqueles que residem no meio rural, mas também a população das chamadas cidades rurais, que segundo o autor “transitam entre o campo e a cidade sem romper definitivamente com os laços de sociabilidade e de parentesco de origem” (p. 280).

Assim, o autor salienta que pensar a juventude rural, também é pensar um conjunto de problemas a serem enfrentados no campo. A juventude é considerada então, como uma categoria transversal, pois não desconsidera sua diversidade e o processo geral em que está inserida nas realidades e estruturas sociais do campo. Para o autor,

[...] ao se estudar a juventude rural é possível entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social, mas também ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude está inserida (STROPASOLAS, 2007, p. 283).

Sendo assim, Lima, Zicchetti e Dartora (2006) ressaltam a não definição de um conceito único da categoria da juventude rural, visto que há outros aspectos que devem ser considerados para definição da categoria, como, classe social, gênero, religião, etnia, procedência sociogeográfica, o que resulta na diversidade de juventudes dentro de uma mesma categoria social.

De acordo com Souza, Andreatta e Rambo (2008), os jovens no campo vêm enfrentando uma absoluta falta de perspectiva para com este território, isto porque do modo como o campo está estruturado não oferece alternativas, resultando na saída massiva dos jovens do campo para a cidade com o objetivo de mudar de vida, pois não desejam vivenciar a crise financeira na qual se situa a agricultura familiar.

Por isso, Castro (2012) afirma que a juventude camponesa, especificamente, vem associada à ideia de migração do campo para a cidade, como estratégia familiar de reprodução ou como ruptura com a autoridade paterna. Ainda mais comum é a associação entre o desinteresse dos jovens pela vida no campo, noção influenciada pela concepção urbanocêntrica e que contribui ainda mais para a invisibilidade dos trabalhadores do campo.

Brumer (2007, p.36) também analisa os jovens rurais a partir dos motivos de sair do meio rural e a sucessão geracional dos estabelecimentos.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência migratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Quanto à migração juvenil e a visão dos jovens sobre a vida no meio rural, a autora destaca a mudança associada à modernização agrícola capitalista. Processo que resultou no aumento da produtividade do trabalho e na redução do nível de emprego, e conseqüentemente, na atratividade do trabalho urbano remunerado.

A rejeição dos jovens quanto à atividade agrícola quando se comparam ao modo de vida urbana, que reflete uma concepção moderna de negatividade da agricultura. Rejeição que deriva de aspectos como a ‘masculinização’ do campo, oportunidades de lazer, autonomia e acesso à renda própria.

Por sua vez, Brumer (2007, p. 43) apresenta uma relação entre a expectativa de sucessão geracional na agricultura familiar e sua concretização. E, afirma que a perspectiva geracional pode ser observada através de fatores, “tais como a localização do estabelecimento em relação às regiões metropolitanas; a idade do pai, do qual depende a transferência do poder decisório junto com a transferência da propriedade; e o tamanho do estabelecimento”.

Carneiro (2007) aborda aspectos sobre a juventude camponesa, no que tange às mudanças em seus projetos de vida e sua maneira de perceberem a si mesmos e os outros. Isto pela crescente intensificação da relação com a cidade e da revalorização do meio rural. Neste sentido, é interessante ressaltar

que a juventude rural é observada sobre a perspectiva do universo de jovens que mantêm residência em localidades consideradas rurais.

O cenário rural é definido e elaborado a partir das relações entre os atores sociais em função de seu contexto. Desta maneira,

[...] falar em “cenário rural” implica reconhecer essa diversidade que pode incluir tanto indivíduos e de origem urbana e de residência rural como indivíduos de origem rural, mas com vivência urbana (seja pelo trabalho, seja pelo lazer). Implica também falar em “novas atividades”, aquelas não comumente reconhecidas como tipicamente rurais, como a agricultura, por exemplo (CARNEIRO, 2007, p. 54).

O rural foi historicamente definido como oposto ao urbano e associado ao atraso, escassez ou falta, o que resultou em uma visão negativa e de inferioridade do campo em relação à cidade. A autora salienta que esta visão vem sendo modificada, primeiro pela dificuldade do uso das categorias urbano e rural no contexto rural, visto que uma interfere de maneira significativa na outra e não podem ser analisadas separadamente. E, segundo, por consequência desta interferência, novos códigos de relações sociais e novos valores e projetos são desenvolvidos.

De acordo com Carneiro (2007, p. 60), as mudanças certamente afetam os jovens rurais, principalmente na esfera do trabalho, do consumo e do lazer. Assim, a juventude busca “atividades mais bem remuneradas e menos fatigantes que a agricultura”, como alternativa de permanência no campo através do trabalho não-agrícola.

Este movimento de mobilidade dos jovens, chamado por Carneiro (2007) de transcultural, caracteriza-se pela valorização do meio rural. A valorização não implica na negação aos bens materiais e imateriais urbanos, pelo contrário, incorpora novos valores e hábitos. Isto é, um processo de integração do melhor dos dois mundos, rural e urbano.

Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, por exemplo, que permita abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado (CARNEIRO, 2007, p. 63).

Enfim, segundo Carneiro (2007, p. 64), os jovens camponeses são protagonistas na reconstrução cultural do campo, “demandando espaços de

representação de lazer, de trabalho para poderem exercer sua cidadania sem serem expropriados de seus valores, de seus bens, de suas redes de sociabilidade”. Em um movimento de reconstrução de novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos, ou seja, no desenvolvimento de uma nova mentalidade no território camponês.

Para Stropasolas (2007, p. 284), vivemos um período de alargamento do mundo cultural onde se amplia o universo simbólico e valorativo. A inclusão digital, o acesso à informação e à comunicação, cada vez mais demandados pelos jovens, são aspectos que configuram este alargamento. Segundo o autor, este movimento muda o tamanho do mundo, e, “mudar o tamanho do mundo é muito importante. Isto se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial dos jovens”.

Pinto, Daros e Melo (2008) compreendem que a juventude deve ser protagonista nos processos de formação das organizações sociais, incluindo a escola, como exercício e aprendizado a fim de ser protagonista na própria organização social do seu território.

Nos últimos anos a juventude camponesa vem sendo construída como uma categoria social no cenário do campo. O qual representa uma parcela de jovens do campo articulados nos movimentos sociais populares do campo, na pastoral e na Via Campesina, buscando estabelecer uma identidade. Nesses espaços de formação, os jovens vivenciam a coletividade, o que contradiz os estereótipos de jovens produzidos pela sociedade capitalista.

Neste sentido, Castro (2012) destaca que a juventude rural é um fenômeno em movimento, que luta contra o preconceito do estereótipo sobre o campo e reafirmam sua identidade como trabalhadores camponeses. A categoria da juventude rural é personalizada por sua atuação política, o que contradiz a imagem de desinteresse dos jovens pelo campo.

A demanda recorrente dos eventos organizados pela juventude rural é o acesso à educação pública, organizada de acordo com a realidade do campo. O baixo número de escolas, principalmente de ensino médio, bem como as dificuldades do transporte escolar são aspectos que resultam no abandono da escola. Contudo, a autora enfatiza que a escolarização é um fator muito valorizado pela juventude camponesa.

Por outro lado, a atual bandeira de luta das organizações e movimentos sociais da juventude rural é a permanência do campo. Movimento em que se constrói a identidade da juventude rural, no intuito de superar a histórico preconceito quanto aos jovens, caracterizado e reafirmado pela hierarquia de subordinação.

Juventude/jovem tem representado, neste cenário atual, acima de tudo, relações de hierarquia social. *Juventude* definida, seja como “revolucionária/transformadora”, seja como “problema”, é, muitas vezes, tratada a partir de um olhar que define hierarquicamente o papel social de determinados indivíduos e mesmo organizações coletivas. *Juventude/jovem* associado à transitoriedade do ciclo-de-vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. *Juventude rural* é uma categoria particularmente reveladora dessa construção de relações de hierarquia (CASTRO, 2008, p.07).

Com isso, a juventude luta pela sua participação nas decisões da organização dos movimentos sociais do campo, bem como pela construção de sua identidade como ator político. Os jovens se organizam principalmente em espaços, eventos regionais e nacionais, de forte construção simbólica, de formação e de articulação política. As principais demandas dos jovens são o acesso à educação e a terra.

Os eventos realizados pelos movimentos da juventude rural vêm se articulando desde os anos 2000. Destacamos em especial, o I Congresso Nacional da Juventude Rural realizado em 2000, como um dos eventos precursores da organização da juventude camponesa, realizado pela Pastoral da Juventude Rural e pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, em Brasília.

Em 2006 foi realizado o Seminário Juventude Rural em Perspectiva, no Rio de Janeiro, organizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a fim de cruzar dimensões, favorecer o intercâmbio e a problematização de experiências em torno da atual vivência do jovem o campo brasileiro.

E, mais recentemente, no ano de 2012 em Brasília, houve o 1º Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas no intuito de promover o diálogo entre a Secretaria Nacional de Juventude e os movimentos sociais para debater políticas públicas para a juventude rural.

Destacamos com Ferreira e Alves (2009), que a organização da juventude camponesa em consonância com a luta dos movimentos sociais, conquistou políticas públicas direcionadas para a juventude rural através de iniciativas do governo federal, como: Programa Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) Campo – antigo Programa Saberes da Terra. Este último em especial, o ProJovem Campo visa a escolarização dos jovens agricultores familiares integrada à qualificação profissional, atualmente está sendo reavaliado.

No que tange a Juventude Camponesa no município de Cáceres-MT, anualmente a tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, Rafaela Ferreira, organiza um Encontro da Juventude Rural em parceria com demais entidades – como a Universidade do Estado de Mato Grosso; e principalmente com as escolas do campo, a fim de promover a articulação dos jovens camponeses na região. O evento compõe diversas oficinas, palestras e atividades culturais onde os jovens discutem sobre seu cotidiano no território camponês.

CONSIDERAÇÕES

Em meio a este contexto, podemos observar a juventude sem as imagens que nos deparamos no cotidiano, ou seja, os estereótipos como, uma condição de transitoriedade, a visão romântica, e, um momento de crise. E desta maneira, também compreender o contexto da juventude camponesa na sua diversidade e complexidade, assim como sua participação na escola e nos movimentos sociais populares.

Assim, compreendemos que a juventude e especialmente a camponesa, na sua diversidade e complexidade, pode ser protagonista em seu contexto – na escola, nos movimentos sociais populares e no território camponês. Mais do que desejosos de participar, os jovens estão em constante movimento, e constroem em cada espaço e tempo sua condição juvenil.

REFERÊNCIAS

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana L. e; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p.71-88.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.53-66.

CASTRO, Elisa G. de. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais...** 26ed. Porto Seguro, Bahia: 2008, p. 01-15.

_____. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli S. (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.437-444.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **Anais...** 25ª Reunião Anual Andep: Caxambu, 2002, p.01-33.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n.24, set/out/nov/dez, 2003, p.40-52.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** Campinas, vol.28, n.100 – Especial, out.2007, p.1105-1128.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p.245-258.

LIMA, Carla M. H. de; ZUCCHETTI, Dinora T.; DARTORA, Eber C. et al. Jovens em movimento(s). In: CALDART, Roseli S.; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. (Orgs.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006, p.99-112.

LORA, Juan A. H. **Pastoral da Juventude**: análise atual da acolhida e do acompanhamento de grupo de jovens católicos na República Dominicana. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Dissertação de Mestrado). São Paulo: [s.n.], 2010.

MACHADO, Verônica Moreno. **Percepções dos educandos e educandas do ensino médio sobre a educação do campo na escola estadual do Assentamento Sadia/Vale Verde**. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação (Dissertação de Mestrado). Cuiabá: 2013.

MARTINS, Francisco A. S.; DAYRELL, Juarez T. Juventude e Participação: disputas e relações no cotidiano escolar. **Anais... I Seminário Violar: problematizando as juventudes contemporâneas**. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp: 2010, p.01-14.

PINTO, Adriana; DAROS, Diana; MELO, Letícia T.; et al. Juventude: protagonismo no processo formativo e na ação. In: MACHADO, Carmem Lúcia B.; CAMPOS, Christiane S. S.; PALUDO, Conceição. (Orgs.). **Teoria e prática da educação do campo**: análise de experiências. Brasília: MDA, 2008, p.220-232.

SOUZA, Maria Eunice B. de; ANDREATTA, Marcelo de F. C.; RAMBO, Sirlei T. F. Um contexto, uma época: a escola e os sujeitos jovens do campo. In: MACHADO, Carmem Lúcia B.; CAMPOS, Christiane S. S.; PALUDO, Conceição. (Orgs.). **Teoria e prática da educação do campo**: análise de experiências. Brasília: MDA, 2008, p.206-216.

STROPASOLAS, Valmir L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.279-293.

NOTAS

ⁱ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Linha 'Movimentos Sociais, Política e Educação Popular'. Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/*Campus* Cáceres. Atua na Equipe Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/*Campus* Pontes e Lacerda.